

Instâncias participativas e de controle social das políticas setoriais do Estado de Minas Gerais

Instância	Subordinação	Finalidade/ Competências	Legislação básica
Conselho de Ética Pública – Conset.	Controladoria-Geral do Estado	Zelar pelo cumprimento dos princípios e das regras éticas e pela transparência das condutas da administração pública direta e indireta do Estado	Decreto nº 43.673, de 4/12/2003. Decreto nº 46.644, de 6/11/2014.
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG.	Governador do Estado.	Promover a articulação entre o poder público e a sociedade civil para garantir a implementação da política de que trata a Lei nº 22.806, de 2017.	Lei nº 22.806, de 2017. Decreto nº 47.502, de 02/10/2018.
Conselho de Segurança Pública e Defesa Social.	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	Competência consultiva, sugestiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública e defesa social, respeitadas as instâncias decisórias e as normas de organização da Administração Pública.	Decreto nº 47.708, de 06/09/2019.
Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.	Controladoria-Geral do Estado	Debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da Administração Pública, sobre prevenção e combate à corrupção, fomento da transparência e do acesso à informação pública, integridade e ética nos setores público e privado e controle social para acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos públicos.	Decreto nº 47.674, de 19/06/2019.
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.	Governador do Estado.	Assessorar o Governador do Estado na formulação, execução e avaliação da política de desenvolvimento econômico e social do Estado.	Decreto nº 22.796, de 14/04/1983.
Conselho Fiscal do Ipsemg.	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.	Opinar sobre as propostas do orçamento anual e plurianual do Ipsemg; sobre os relatórios, as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, as prestações de contas anuais e a situação econômico-financeira do Ipsemg; e acompanhar as execuções financeira, fiscal e orçamentária.	Decreto nº 48.823, de 16/05/2024.
Conselho Deliberativo do Ipsemg.	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.	Estabelecer diretrizes e normas gerais de organização, operação, atuação e administração das diversas unidades administrativas da autarquia.	Decreto nº 48.823, de 16/05/2024.
Conselho de Beneficiários do Ipsemg.	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg.	Cooperar com o Conselho Deliberativo na fiscalização da prestação de serviços e concessão de benefícios da Autarquia	Decreto nº 48.823, de 16/05/2024.
Conselho Consultivo das Unidades de Conservação.	Instituto Estadual de Florestas – IEF.	Contribuir para a administração do parque; opinar sobre a elaboração do plano diretor, sugerindo diretrizes para compatibilizar as funções de proteção dos ambientes naturais do parque aos	Lei Federal nº 9.985, de 18/7/2000. (Art. 15, § 5º). Lei nº 20.922, de 16/10/2013. (Art. 119).

		diversos usos possíveis, e acompanhar sua execução, bem como sugerir as modificações que nele se fizerem necessárias, a partir da implantação e funcionamento do parque.	
Comitês de Bacias Hidrográficas.	Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.	Acompanhar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos na sua área de atuação; promover debates; arbitrar conflitos; aprovar os Planos Diretores de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas; instituir critérios para cobrança e outorga do uso da água; entre outras.	<u>Decreto nº 26.961, de 28/4/1987.</u> <u>Lei nº 13.199, de 29/1/1999.</u>
Conselho Estadual de Política Agrícola – Cepa.	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Assegurar a participação dos agentes de produção e de comercialização, bem como dos consumidores, na formulação do planejamento e no acompanhamento da execução da política rural.	<u>Lei nº 11.405, de 28/1/1994.</u> <u>Lei Delegada nº 105, de 29/1/2003. (Art. 2º)</u>
Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia – Conecit	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	Definição de diretrizes básicas para projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas consideradas essenciais ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas.	<u>Lei Delegada nº 166, de 25/1/2007.</u> <u>Decreto nº 44.512, de 10/5/2007.</u>
Conselho de Coordenação Cartográfica – Concar.	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.	Prestar assessoramento superior ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão na formulação de propostas relativas à política cartográfica estadual.	<u>Lei nº 10.626, de 16/1/1992.</u> <u>Decreto nº 43.613, de 25/9/2003.</u>
Conselho Estadual de Política Cultural – Consec.	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo	Acompanhar a elaboração da Política Cultural do Estado e a sua implantação.	<u>Lei nº 24.462, de 26/09/2023.</u> <u>Decreto nº 48.819, de 10/05/2024.</u>
Conselho Estadual de Patrimônio Cultural – Conep.	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo	Deliberar sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais.	<u>Criado pela Lei Delegada nº 170, de 25/1/2007.</u> <u>Decreto nº 44.785, de 17/4/2008.</u>
Conselho Estadual de Arquivos.	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo	Coordenar as ações da política estadual de arquivos, bem como estabelecer normas técnicas de organização dos arquivos da Administração Pública Estadual, definir os planos de regionalização do Arquivo Público Mineiro e de funcionamento dos serviços ou unidades de arquivos nos órgãos públicos estaduais.	<u>Lei nº 11.726, de 30/12/1994. (Art. 83)</u> <u>Criado pelo Decreto nº 39.504, de 24/03/1998.</u> <u>Decreto nº 43.613, de 25/9/2003.</u>
Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – Conead.	Secretaria de Estado Justiça e Segurança Pública	Estabelecer as diretrizes da Política Estadual sobre Drogas nas áreas de prevenção universal, seletiva e indicada, bem como na reinserção social, fiscalização e redução da oferta de drogas.	<u>Criado pelo Decreto nº 22.897, de 19/7/1983.</u> <u>Decreto nº 48.907, de 04/10/2024.</u>
Conselho Estadual de Trânsito.	Secretaria de Estado de Planejamento e	Exercício das atividades de planejamento, coordenação, normatização e julgamento de recursos	<u>Decreto nº 43.783, de 12/3/2004.</u>

	Gestão	administrativos, com a missão de assegurar o cumprimento da legislação de trânsito, de forma articulada e integrada, com vistas à garantia de um trânsito em condições seguras para todos com a promoção, valorização e preservação da vida .	
Conselho Penitenciário Estadual.	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	Julgamento dos pedidos de concessão, a reclusos definitivamente condenados e recolhidos a estabelecimentos penitenciários ou cadeias públicas, dos benefícios do livramento condicional, indulto, graça e comutação de pena.	Decreto nº 16.912, de 8/1/1975. Lei nº 11.404, de 25/1/1994. Lei nº 12.706, de 23/12/1997.
Comitê Estadual para a Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes - Cept-MG;	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Acompanhar, monitorar, avaliar a implementação e propor o aperfeiçoamento de ações, programas, projetos e planos de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, desenvolvidos em âmbito estadual.	Lei nº 21.164, de 17/1/2014.
Conselho Diretor Pró-Pequi.	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa	Atuar na proposição, na deliberação, no monitoramento e no controle da execução dos Projetos e ações do Programa Pró-Pequi.	Lei nº 13.965, de 27/7/2001. Decreto nº 47.968, de 29/05/2020
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cedraf.	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa	Articular os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, tendo em vista a proposição, a análise e o monitoramento das políticas públicas e ações inerentes ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, reforma agrária	Decreto nº 47.928 de 28 de abril de 2020
Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Coordenar e implementar a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, de que trata a Lei Estadual nº 21.147, de 13 de janeiro de 2014.	Decreto nº 48.691 de 15 de setembro de 2023.
Conselho Estadual de Cooperativismo – Cecoop.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.	Definir as políticas públicas a serem adotadas pelo Estado para o desenvolvimento das cooperativas.	Lei nº 15.075, de 2004. Decreto nº 48.849, de 26/06/2024.

Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte.		Fixar diretrizes e prioridades e deliberar sobre a utilização de recursos, acompanhar e avaliar a execução do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, entre outras.	Lei Complementar nº 88, de 12 de janeiro de 2006. Decreto nº 44.601, de 21/8/2007.
Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana do Vale do Aço.		Fixar diretrizes e prioridades e aprovar o cronograma de desembolso dos recursos da subconta do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano referente à sua região metropolitana, entre outras.	Lei Complementar nº 88, de 2006 Lei Complementar nº 90, de 12/01/2006.
Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana.	Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - Seinfra	Estudar e propor diretrizes para a formulação e a implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Regional e Urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.	Decreto nº 48.830, de 24/05/2024.
Conselho Estadual da Juventude.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Formular e propor diretrizes de ações governamentais voltadas à promoção de políticas públicas no Estado de Minas Gerais para jovens de quinze a vinte e nove anos.	Lei nº 22.414, de 16/12/2016 Decreto nº 48.354, de 21/01/2022.
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Promover investigações e estudos para eficácia das normas asseguradoras dos Direitos Humanos, consagrados na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.	Lei nº 9.516, de 29/12/1987. Decreto nº 35.661, de 27/6/1994
Conselho Estadual de Direitos Difusos.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Deliberar sobre as diretrizes, políticas e ações e tem por finalidade deliberar em torno de diretrizes, políticas e ações que viabilizem a reparação de danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros bens ou interesses difusos e coletivos bem como ao consumidor, em decorrência de infração à ordem econômica, bem como sobre a devida aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos – FUNDIF.	Criado pela Lei nº 14.086, de 6/12/2001 Decreto nº 48.251, de 09/08/2021.
Conselho Estadual da	Secretaria de Estado de	Formular e zelar pela execução da Política Estadual dos Direitos do Pessoa	Criado pela Lei nº 13.176, de 20/1/1999.

Pessoa Idosa - CEI	Desenvolvimento Social - Sedese	Idosa.	
Conselho Estadual de Promoção de Igualdade Racial – Conepir.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Propor políticas que promovam a igualdade racial no que concerne aos segmentos étnicos minoritários do Estado, com ênfase na população negra, indígena e cigana, para combater a discriminação racial, reduzir as desigualdades sociais, econômicas, financeiras, políticas e culturais e ampliar o processo de participação social.	Criado pela Lei nº 18.251, de 7/7/2009 Decreto nº 45.156, de 26/8/2009.
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Deliberar e controlar as políticas e as ações, em todos os níveis, de atendimento às pessoas com deficiência.	Criado pela Lei nº 13.799, de 21/12/2000.
Conselho Estadual da Criança e do Adolescente – Cedca.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Propor e controlar as políticas públicas voltadas para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.	Criado pela Lei nº 10.501, de 17/10/1991.
Conselho Estadual da Mulher – CEM.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania através de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação das políticas públicas.	Decreto nº 48.676, de 24/08/2023.
Conselho Estadual de Educação.	Secretaria de Estado de Educação.	Baixar normas sobre planejamento, coordenação, controle e fiscalização das atividades do ensino em todas áreas. Incumbe-se, ainda, o órgão dentre outras atribuições, as seguintes: aprovação de plano de atendimento escolar da rede estadual de ensino; promoção da avaliação da qualidade do funcionamento de instituições de ensino superior para fins de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento; credenciamento e credenciamento de universidades; apuração de denúncia sobre descumprimento da legislação básica do ensino, valendo-se dos instrumentos jurídicos da sindicância, inquérito e processo administrativo.	Lei Delegada nº 31, de 28 de agosto de 1985 Lei Delegada nº 105, de 29 de janeiro de 2003 Lei Delegada nº 172, de 25 de janeiro de 2007 Lei Delegada nº 17.715, de 11 de agosto de 2008 Lei nº 21.428, de 21 de julho de 2014 Decreto Estadual nº 44.627, de 28 de setembro de 2007
Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Consfundeb	Secretaria de Estado de Educação.	Exercer o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.	Decreto nº 48.223, de 09/06/2021.

Conselho Estadual de Alimentação Escolar – CAE.	Secretaria de Estado de Educação	Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar; zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, e pela aceitabilidade dos cardápios oferecidos; receber o relatório anual de gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do referido Programa.	Decreto nº 48.608, de 19/04/2023.
Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais.	Secretaria de Estado de Fazenda.	Dirimir as questões de natureza tributária suscitadas entre o sujeito passivo e a Fazenda Pública estadual.	Decreto-Lei nº 1.618, de 8/1/1946. Decreto nº 48.361, de 03/02/2022.
Conselho Estadual de Comunicação Social.	Secretaria de Estado de Comunicação Social - Secom	Tem por finalidade participar da elaboração da política global de comunicação social do governo do Estado e coordenar sua implantação e seu gerenciamento.	Constituição Estadual (art.230). Lei nº 11.406, de 28/01/1994. Decreto nº 36.283, de 25/10/1994.
Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam.	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	Deliberar sobre diretrizes e políticas e estabelece normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais	Criado pelo Decreto nº 18.466, de 29/4/1977. Lei nº 21.972, de 21/01/2016 Decreto nº 46.953, de 23/02/2016
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.	Promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, compatibilização, avaliação e controle dos Recursos Hídricos do Estado, tendo em vista os requisitos de volume e qualidade necessários aos seus múltiplos usos e suas competências são: Estabelecer os princípios e as diretrizes da política estadual de Recursos Hídricos	Criado pelo Decreto nº 26.961, de 28/4/1987 Decreto nº 48.209, de 18/06/2021.
Conselho Estadual de Saúde – CES.	Secretaria de Estado de Saúde.	Atuar na formulação da estratégia e no controle da execução da Política Estadual de Saúde.	Decreto nº 45.559, de 3/3/2011.
Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda – Ceter.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Deliberar em caráter permanente sobre as políticas públicas de fomento e apoio à geração de trabalho, emprego e renda e à qualificação social e profissional no Estado.	Lei nº 20.618, de 11/01/2013
Conselho Estadual da Economia Popular Solidária – Ceeps.	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Deliberar e propor sobre diretrizes, políticas e ações de fomento à Economia Popular Solidária.	Criado pela Lei nº 15.028, de 19/1/2004. Decreto nº 44.898, de 19/9/2008.
Conselho Estadual de Assistência Social –	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Aprovar a política estadual de assistência social; apreciar e aprovar o Plano Estadual de Assistência Social; normatizar as ações e regular a	Lei nº 12.262, de 23/7/1996.

Ceas.		prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social; normatizar e efetuar o registro das entidades e organizações de assistência social cuja área de atuação ultrapasse o limite de 1 (um) município; zelar pela efetivação do SUAS no Estado; dentre outras.	
Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano – CT	Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias - Seinfra	Aprovar a criação de linhas de transporte coletivo intermunicipal e metropolitano de passageiros, julgar recursos, inclusive os decorrentes da aplicação de multas, previstos no Regulamento de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal e Metropolitano – RSTC –; além de opinar sobre prorrogação de contrato de concessão, retomada e transferência de concessão, declaração de inidoneidade de concessionária, regularidade de delegação de exploração de linha; entre outras funções.	Lei nº 11.403, de 21/1/1994. Lei Delegada nº 128, de 25/1/2007.
Conselho Estadual do Turismo.	Secretaria de Estado de Cultura e Turismo - Secult	Propor ações e oferecer subsídios para a formulação da Política Estadual de Turismo, e apoiar sua execução, consolidação e continuidade.	Criado pela Lei nº 8.502, de 19/12/1983. Lei nº 18.032, de 12/01/2009. Decreto nº 45.308, de 12/2/2010 – Regimento Interno. Decreto nº 48.797, de 10 de abril de 2024.
Conselho de Criminologia e Política Criminal – CCPC.	Subordinado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública - Sejusp	Formular a política criminal do Estado, visando o fomento da valorização humana, na condição de pessoa privada de liberdade, seja em estabelecimento prisional do Estado, ou por meio de outra medida cautelar. Atua, também, na consecução das metas da socialização e integração do indivíduo privado de liberdade, em conformidade com as normas de execução penal e a política traçada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.	Criado pela Lei nº 8.533, de 17/4/1984. Lei nº 11.404, de 25/1/1994. Decreto nº 43.613, de 25/9/2003.
Mesa de Diálogo da Comissão Especial de Acompanhamento dos Processos de Desocupação de Áreas Invadidas para Assentamento Rural ou Urbano	Secretaria de Estado de Casa Civil	Assessorar a Comissão Especial de Acompanhamento dos Processos de Desocupação de Áreas Invadidas para Assentamento Rural ou Urbano.	Decreto nº 48.758, de 05/01/2024.
Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento do Tráfico	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese	Articular ações governamentais para implementação da política estadual para a população de migrantes, refugiados, apátridas e retornados, por meio da conjunção de esforços do poder público e da sociedade civil.	Decreto nº 48.811, de 07/05/2024.

de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo – Comitrate- MG.			
--	--	--	--